

1. Contexto Operacional

A Companhia, com sede em Timbó - SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas adotadas

2.1. Base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

a) Base de preparação

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas pela Administração da Companhia em 10 de novembro de 2022.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (i).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos,

passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

2.2. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações da METISA - Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

(b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos

ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a

Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

(iii) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Ativo biológico (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis, que são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização, condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 - Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada “avaliação a valor justo de ativo biológico”.

O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na conta de reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

(h) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais.

(i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Periodicamente, a Companhia realiza avaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens, como o teste de impairment, que trata da redução do valor recuperável de ativos. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico em julho de 2021, que teve as seguintes etapas:

- Inventário dos bens
- Avaliação dos ativos
- Revisão das vidas úteis
- Conciliação físico contábil

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas e se as condições econômicas e de crédito atual é tal que a perda real provavelmente será maior ou menor que a sugerida pelas tendências históricas. A despesa é reconhecida no resultado e registrada numa conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(k) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, sendo provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

(l) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e

opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(m) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(n) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

(o) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, estes se relacionam a imposto de renda lançados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(p) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

(q) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota nº 24.

2.3. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

(ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e não operou com esses instrumentos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas são apresentadas pelos seus valores justos nominais.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração das aplicações	Controladora		Consolidado	
		30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos		757.560	1.303.540	774.075	1.322.033
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	104.079.224	63.584.494	104.825.453	64.308.549
		104.836.784	64.888.034	105.599.528	65.630.582

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Estes são ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
B3 S/A - Brasil Bolsa Balcão (B3SA3)	326.250	277.500
Banco do Brasil (BBAS3)	1.540.800	1.154.000
Petrobras S/A (PETR4)	2.056.200	1.450.950
Petróleo (PRIO3)	275.300	165.360
Vale S/A (VALE3)	3.815.080	4.521.680
	8.013.630	7.569.490

5. Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Mercado interno	110.011.595	71.214.409	110.047.599	71.410.413
Mercado externo	62.219.855	72.753.110	62.219.855	72.753.110
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(1.908.244)	(2.742.520)	(1.908.244)	(2.742.520)
Ajuste CPC 47 - Receitas	(22.322.942)	(22.972.380)	(22.322.942)	(22.972.380)
Outras contas a receber (i)	5.603.306	6.663.381	5.065.704	6.666.116
	153.063.570	124.916.000	153.101.972	125.114.739

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 25.

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventual perda na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo, que teve a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas
Mercado Interno	1.982.193	509.588	(583.537)
Mercado Externo	760.327	-	(760.327)
	2.742.520	509.588	(1.343.864)

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos de salário, férias e 13º salário	2.518.862	1.974.785	2.521.260	1.976.720
Adiantamentos a fornecedores (a)	1.142.440	3.002.144	1.142.440	3.002.944
Cessões de créditos de ICMS (b)	600.043	1.000.000	600.043	1.000.000
Outros valores	801.961	686.452	801.961	686.452
	5.063.306	6.663.381	5.065.704	6.666.116

(a) Refere-se a adiantamentos realizados a prestadores de serviços e para aquisição de materiais diversos.

(b) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e que serão transferidos para fornecedores da Companhia.

6. Estoques

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Produtos acabados	37.134.129	33.479.505
Produtos em processo	31.107.760	34.859.430
Matérias-primas	60.189.260	40.255.129
Materiais secundários	11.147.348	10.914.192
Materiais de manutenção	4.860.711	4.393.616
Importação em andamento	178.918	196.082
Adiantamento a fornecedores	846.871	2.705
Ajuste CPC 47 - Receitas	14.088.902	15.996.285
Perda estimada - CPC 16	(365.186)	(431.076)
	159.188.713	139.665.868

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda ou em decorrência de eventual redução em seu valor recuperável.

A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à manutenção.

7. Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
IRF	111.540	111.540
ICMS (i)	25.746.733	17.813.618
PIS/COFINS (ii)	8.412.718	8.196.503
IRPJ	-	718.841
IPI	248.620	-
REINTEGRA	49.670	131.418
Ajuste CPC 47 - Receitas	1.233.121	1.163.583
	35.802.402	28.135.503

- (i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, sendo que parte está pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência a fornecedores da Companhia.

- (ii) Saldo credor em conta gráfica.

8. Realizável a longo prazo

a) Outras contas a receber

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais (i)	4.215.779	4.431.380
Impostos a Recuperar	75.389	44.139
Despesas antecipadas	159.610	-
	4.450.778	4.475.519

- (i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhistas, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Cíveis	1.659.717	1.659.717
Trabalhistas	99.060	71.460
Tributários	2.457.002	2.700.203
	4.215.779	4.431.380

b) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSL), calculados pelas alíquotas previstas na legislação

tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
IRPJ e CSL correntes	(34.258.728)	(20.400.385)	(34.286.809)	(20.402.399)
IRPJ e CSL diferidos	1.201.895	1.668.747	1.201.895	1.668.747

Impostos correntes

Em 30 de setembro de 2022 e de 2021 a Companhia (controladora e consolidado) não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Sobre adições temporárias	867.552	1.325.916
Sobre depreciação custo atribuído	157.642	176.491
Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(104.523)	(233.846)
Sobre realização depreciação nova vida útil	281.041	394.223
Sobre diferença no valor residual	183	5.963
	1.201.895	1.668.747

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

	Controladora e Consolidado			
	30/09/2022		31/12/2021	
	CSL	IRPJ	CSL	IRPJ
Adições temporárias:				
Contingências trabalhistas	237.200	237.200	229.000	229.000
Contingências cíveis	47.972	47.972	47.972	47.972
Contingências tributárias	3.336.945	3.336.945	3.336.945	3.336.945
Comissão sobre vendas	3.555.887	3.555.887	2.386.129	2.386.129
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	1.908.244	1.908.244	2.742.520	2.742.520
Perda estimada com estoques	365.186	365.186	431.076	431.076
Ajuste CPC 47 - Receitas	5.266.734	5.266.734	3.726.291	3.726.291
Taxa de agenciamento	408.689	408.689	114.710	114.710
Tributos com exigibilidade suspensa	613.967	613.967	-	-
Perdas incorridas no mercado de renda variável	-	1.403.117	-	1.640.513
Base de cálculo	15.740.824	17.143.941	13.014.643	14.655.156
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	1.416.674	4.285.985	1.171.318	3.663.789

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das

contingências e dos eventos.

9. Investimentos

A seguir demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o período:

METISA Florestal e Energética S.A.		
	30/09/2022	31/12/2021
Capital social realizado	3.500.000	3.500.000
Patrimônio líquido	9.309.482	9.449.394
Total de ativo e passivo	9.337.334	9.457.278
Receitas líquidas de vendas	-	2.907
Percentual de participação		
No capital votante	100%	100%
No capital total	100%	100%
Resultado do exercício da controlada	(139.912)	(195.396)
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(139.912)	(195.396)
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	9.309.482	9.449.394
Saldo de investimentos	<u>9.309.482</u>	<u>9.449.394</u>

10. Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

Controladora					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2022
Terrenos	9.898.373	-	-	-	9.898.373
Edifícios e construções	34.005.574	-	-	816.014	34.821.588
Móveis e utensílios	5.895.896	476.262	(62.663)	398.785	6.708.280
Veículos	2.094.186	170.000	(112.386)	-	2.151.800
Máquinas e equipamentos	156.992.644	1.841.479	(921.478)	12.756.539	170.669.184
Imobilizações em andamento	15.386.502	9.317.724	-	(11.696.835)	13.007.391
Adiantamento a fornecedores	609.681	1.690.954	-	(2.274.503)	26.132
Depreciação acumulada	(136.762.067)	(7.226.294)	1.060.398	-	(142.927.963)
	<u>88.120.789</u>	<u>6.270.125</u>	<u>(36.129)</u>	<u>-</u>	<u>94.354.785</u>

Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2022
Terrenos	10.743.985	-	-	-	10.743.985
Reflorestamento	7.985.757	25.458	-	-	8.011.215
Edifícios e construções	34.219.759	-	-	816.014	35.035.773
Móveis e utensílios	5.927.922	476.262	(62.663)	398.785	6.740.306
Veículos	2.191.276	170.000	(112.386)	-	2.248.890
Máquinas e equipamentos	157.024.391	1.841.479	(921.478)	12.756.539	170.700.931
Imobilizações em andamento	15.386.502	9.317.724	-	(11.696.835)	13.007.391
Adiantamento a fornecedores	609.681	1.690.954	-	(2.274.503)	26.132
Depreciação acumulada	(137.452.493)	(7.231.555)	1.060.398	-	(143.623.650)
	96.636.780	6.290.322	(36.129)	-	102.890.973

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a Companhia não possuía bens do ativo imobilizado dados em garantia.

Vidas úteis estimadas para os bens do imobilizado são as seguintes:

Rubrica	Taxa
Edificações e construções	4% a.a.
Máquinas e equipamentos	10 a 20% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	6 a 10% a.a.
Equipamentos de informática	20% a.a.

11. Intangível

Controladora e Consolidado					
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2022
Software	1.756.171	-	-	-	1.756.171
Intangível em andamento	180.744	56.320	-	-	237.064
Amortização acumulada	(1.397.041)	(149.042)	-	-	(1.546.083)
	539.874	(92.722)	-	-	447.152

A depreciação e a amortização, em 30 de setembro de 2022, da Controladora, totalizaram R\$ 7.375.336 (R\$ 6.887.758, em 30 de setembro de 2021). Desse total, R\$ 6.611.931 (R\$ 6.164.408, em 30 de setembro de 2021) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente em despesa no resultado do exercício.

12. Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo, estão apresentados a seguir:

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Finalidade	Encargos Financeiros	30/09/2022	31/12/2021
Leasing	Imobilizado	Juros de 12,43 a.a.	-	39.909
ACE/ACC	Capital de giro	VC + juros de até 3,40% a.a.	65.643.325	76.108.847
Total dos empréstimos e financiamentos			65.643.325	76.148.756
Circulante			(65.643.325)	(76.148.756)

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e na Controlada não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

13. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL	13.210.946	5.156.338	13.220.155	5.156.453
ICMS	777.451	85.036	777.451	85.036
IPI	39.118	96.221	39.118	96.221
CPRB	-	786.166	-	786.166
IRRF	1.764.919	1.225.433	1.764.997	1.225.477
Outros tributos	32.237	20.786	32.237	20.786
	15.824.671	7.369.980	15.833.958	7.370.139

14. Participação de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

15. Partes relacionadas

A remuneração da Administração, bem como as operações entre a Companhia e partes relacionadas foram realizadas conforme a seguir:

a) Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes às remunerações pagas ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Remuneração fixa	4.641.700	4.285.530	4.673.080	4.314.570
Remuneração variável	5.931.251	6.408.328	5.931.251	6.408.328

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

b) Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	Controladora	
	30/09/2022	30/09/2021
Fornecimento de serviços:		
PARTBANK S.A	388.541	380.097
Ricardo Teixeira Mendes	212.323	207.711
Elite CCVM Ltda.	8.522	29.971
Fornecimento de produtos e insumos:		
Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda.	220.142	116.361

16. Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas, pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 30/09/2022
Cíveis	1.652.469	-	-	1.652.469
Tributárias	5.145.682	-	-	5.145.682
Trabalhistas	229.000	92.400	(84.200)	237.200
	7.027.151	92.400	(84.200)	7.035.351

Cíveis: consiste, principalmente, no reconhecimento de valor concernente a honorários de sucumbência.

Tributárias: refere-se a demandas judiciais relativas ao INSS e para as quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 2.350.829 (R\$ 2.350.829 em 31 de dezembro de 2021).

Trabalhistas: consiste em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

Perdas com Probabilidade de Perdas Possíveis:

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

Tributárias - R\$ 1.938.468
Trabalhistas - R\$ 220.500
Cíveis - R\$ 56.576

17. Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

A Companhia apresenta o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos conforme demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Crédito Tributário Ativo (i)	5.702.659	4.835.107
Crédito Tributário Passivo (ii)	7.706.945	7.602.605
Passivo Líquido não Circulante	2.004.286	2.767.498

- (i) Refere-se a créditos sobre diferenças temporárias (Nota 8).
(ii) Foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado (deemed cost) e a diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social, em 30 de setembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.577.200 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A Companhia mantinha em tesouraria 347.533 ações preferenciais, de sua emissão, em 31 de dezembro de 2021.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27/04/2022 aprovou a proposta da Administração de aumento de capital, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), com incorporação de parte da conta de reserva de lucros, que foi acrescido ao capital social de R\$ R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), perfazendo o total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sem alteração do número de ações da Companhia.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

- 1) O Conselho de Administração, em 17 de março de 2022, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,33 por ação preferencial e R\$ 0,30 por ação ordinária, para início de pagamento em 31 de outubro de 2022.

- 2) Em 09 de junho de 2022, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,33 por ação preferencial e R\$ 0,30 por ação ordinária, para início de pagamento em 06 de dezembro de 2022.
- 3) Foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 09 de setembro de 2022, a distribuição de juros sobre o capital próprio, que serão imputados aos dividendos obrigatórios de que trata o artigo 202, da Lei 6.404/76, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,66 por ação preferencial e R\$ 0,60 por ação ordinária, para início de pagamento em 09 de março de 2023.

19. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Mercado interno	570.425.083	390.275.049	570.425.083	390.278.131
Mercado externo	142.573.813	115.994.348	142.573.813	115.994.348
(-) Impostos sobre vendas	(81.501.723)	(66.926.100)	(81.501.723)	(66.926.276)
(-) Ajuste CPC 47 - Receitas	718.976	(249.385)	718.976	(249.385)
	632.216.149	439.093.912	632.216.149	439.096.818

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Despesas com pessoal	7.897.085	4.634.671	7.903.361	4.640.479
Despesas com serviços de terceiros	1.204.296	1.047.300	1.228.283	1.061.460
Honorários conselho fiscal	336.750	310.300	336.750	310.300
Honorários dos administradores	4.641.700	4.285.530	4.673.080	4.314.570
Participação no lucro dos empregados	3.798.727	3.008.420	3.798.727	3.008.420
Participação no lucro dos administradores	7.533.243	4.302.022	7.533.243	4.302.022
Gastos com materiais gerais	1.164.836	1.054.103	1.173.162	1.064.886
Outras despesas	3.315.878	2.850.788	3.358.959	2.895.284
	29.892.515	21.493.134	30.005.565	21.597.421

21. Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021
Despesas variáveis de vendas	53.647.805	36.812.086
Despesas com pessoal	6.937.175	4.755.022
Despesas com propaganda e publicidade	1.526.544	157.785
Despesas com viagens	147.225	7.076
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	482.598	1.039.355
Outras despesas	531.642	458.392
	63.272.989	43.229.716

22. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Receitas Financeiras				
Juros de mora	595.971	224.414	595.971	224.420
Descontos	27.338	43.726	27.338	43.726
Dividendos e JSCP	1.198.494	1.416.174	1.198.494	1.416.174
Variações cambiais de exportação	20.639.738	12.313.274	20.639.738	12.313.274
Receita de títulos e valores mobiliários	1.931.269	2.373.189	1.931.269	2.373.189
Receita aplicações financeiras	6.015.867	1.493.479	6.079.736	1.512.170
Outras variações monetárias	1.306	100.817	1.306	100.817
Reversão de perdas contas a receber	574.574	129.841	574.574	129.841
	30.984.557	18.094.914	31.048.426	18.113.611
Despesas Financeiras				
IOF/PIS/COFINS	559.936	244.554	559.936	244.554
Juros	1.529.851	880.067	1.529.851	880.070
Despesas bancárias	357.804	434.813	357.871	434.904
Descontos/deságios	49.381	37.526	49.381	37.526
Variações cambiais	22.572.730	13.590.136	22.572.730	13.590.136
Perdas com títulos e valores mobiliários	1.693.873	4.049.945	1.693.873	4.049.945
	26.763.575	19.237.041	26.763.642	19.237.135
Resultado financeiro líquido	4.220.982	(1.142.127)	4.284.784	(1.123.524)

23. Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

24. Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram “linhas de produtos” diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações contábeis individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

25. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.).

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações contábeis foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perdas para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações contábeis é assim composto:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	105.599.528	65.630.582
Títulos e valores mobiliários	8.013.630	7.569.490
Contas a receber de clientes	172.267.454	144.163.523

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações contábeis, tem a seguinte posição por vencimento:

	Consolidado	
	30/09/2022	31/12/2021
A vencer	160.769.993	129.538.498
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.855.824	10.451.861
De 31 a 90 dias	2.325.789	1.430.644
De 91 a 180 dias	442.700	970
De 181 a 360 dias	193.317	165.086
Acima de 360 dias	1.679.831	2.576.464
	172.267.454	144.163.523

A despesa com a constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração do resultado (Nota 21). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados são registrados na rubrica perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa e são revertidos contra a baixa definitiva do título para o resultado do exercício.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizados no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com

vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;

- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa - Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários - Trata-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e da controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais.

Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações contábeis.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

26. Outras receitas operacionais líquidas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Outras receitas operacionais				
Êxito em demandas judiciais:				
-IPI	-	22.768	-	22.768
Recuperação de tributos pagos a maior	580.905	21.852	580.905	21.852
Aluguéis	-	79.521	-	79.521
Venda de ativo imobilizado	98.400	153.880	98.400	155.080
	679.305	278.021	679.305	279.221
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2022	30/09/2021	30/09/2022	30/09/2021
Outras despesas operacionais				
Indenizações trabalhistas	116.700	104.253	116.700	104.253
PIS/COFINS	-	6.713	-	6.713
Valor residual de ativo imobilizado	36.128	27.036	36.128	27.036
Outras despesas operacionais	32.592	-	32.592	-
Manutenção de projetos florestais	-	-	62.583	50.900
	185.420	138.002	248.003	188.902
Valor líquido	493.885	140.019	431.302	90.319

27. Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, com base na característica dos bens, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 59.659.315. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

28. Pandemia Covid-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes à Covid-19 que possam vir a afetar suas operações, adotando medidas para proteção de seus colaboradores (próprios e terceirizados), bem como disseminando medidas de prevenção na região onde atua, monitorando os casos suspeitos, dentre outras ações preventivas.

Até o fechamento do terceiro trimestre de 2022, não houve impacto significativo nas operações da Companhia.